

Mailson já admite anistia parcial para débito de microempresários

BRASÍLIA — Depois de duas horas de reunião com 23 parlamentares e um almoço com os líderes do Governo no Congresso, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, aceitou ontem estudar uma solução negociada envolvendo uma anistia parcial para os débitos dos micro, pequenos e médios empresários urbanos e rurais. A idéia é tornar a anistia seletiva, ou seja, aplicada somente aos que comprovadamente não tiverem condições financeiras de pagar.

A forma de viabilizar o acordo será estudada por uma comissão de técnicos do Ministério da Fazenda e assessores dos parlamentares, segundo o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Na qualidade de coordenador do Centrão, Fiúza, acompanhado de Gilson Machado (PFL-PE), participou do almoço.

Colaboradores do Ministro procuraram desfazer, para os jornalistas, a impressão de que Mailson cedera, mais uma vez, aos apelos dos políticos. Segundo eles, Mailson ponderou, durante a reunião, que o contribuinte é quem pagará a conta no final, pois a aplicação da anistia terá um custo de cerca de US\$ 10 bilhões (CZ\$ 1,6 trilhão).

O Ministro tentou sensibilizar os constituintes, entre os quais os autores das três emendas — Humberto Souto (PFL-MG), Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Ziza Valadares (PMDB-MG) —, dizendo:

— O Tesouro está exausto. Não tem recursos e vive a maior crise de sua história. Não existe almoço grátis e, portanto, temos que indagar da sociedade se está disposta a cobrir esta nova despesa.

No entanto, os parlamentares não identificaram nas palavras do Ministro a intenção de persuadir. Valadares, por exemplo, traduziu-as como



Telefoto de J. França

Ulysses concorda com Mailson em negociar solução para anistia seletiva

pressão:

— No início da reunião, o Ministro tentou nos intimidar apontando para este custo de US\$ 10 bilhões.

O Deputado mineiro repetiu, então, o diálogo entre Mansueto e Mailson:

— Está havendo um terrorismo numérico — afirmou o Senador, ao que o Ministro contrapôs que os dados que maneja “são reais, mas ninguém acredita no Governo”.

A expressão de sinceridade de Mailson não foi suficiente. Aos jornalistas, após a reunião, Valadares classificaria de mentirosos os números apresentados pelo Ministério da Fazenda — Os parlamentares dizem que o impacto será de apenas CZ\$

183 bilhões.

Em todo o caso, os estudos da comissão de entendimentos, que deverão estar prontos em 15 dias — a anistia financeira está prevista para ser votada na última semana de junho —, esclarecerão esta diferença numérica. Mailson espera que ela encontre solução para um problema que julga da maior importância: como evitar que outros setores pleiteiem na Justiça o mesmo benefício concedido aos micro, pequenos e médios empresários?

Mailson esteve ontem também com o Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, que concordou quanto à necessidade de uma solução negociada.

Gadelha quer o consenso

O Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, defendeu ontem o encaminhamento ao Congresso de um projeto de lei incorporando uma solução negociada para a dívida dos micro, pequenos e médios empresários.

— O Governo não pode arcar com o duplo prejuízo: o econômico e o político — disse.

Segundo ele, esta opção pelo projeto de lei somente será adotada se houver consenso entre empresários e banqueiros:

— É preciso que todos cedam um pouco. O Governo não quer ser o fiel da balança ou o pomo da discórdia. O Governo não quer ser problema, quer ser a solução.

Marcondes Gadelha disse ainda que durante o almoço com o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do qual participaram outros líderes do Governo, ficou claro que não existe a possibilidade de se reverter a tendência dos constituintes de aprovar, por cerca de 350 votos, as emendas anistiando os micro, pequenos e médios empresários. Ele negou que o Ministro tenha feito um apelo às lideranças para que os constituintes se sensibilizem e não aprovelem este dispositivo.

— As lideranças não podem fazer mágica — conclui.

Dornelles teme pouco tempo para adaptar legislação

BRASÍLIA — O Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) vai propor à Constituinte o adiamento para 1990 da implantação de dois dispositivos do novo sistema tributário: o fim dos impostos únicos cobrados pela União e a transferência para os Municípios da arrecadação do Imposto de Transmissão Intervivos, atualmente cobrado pelos Estados. Ele teme que não haja tempo suficiente para a elaboração das leis estaduais e municipais necessárias à implantação do novo sistema.

O projeto da Carta acaba com os impostos únicos cobrados pela União e que serão incorporados ao novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Estas taxas são cobradas sobre as rendas do setor mineral, de lubrificantes, energia elétrica, comunicações e transportes interestaduais, e distribuídos aos Estados da seguinte forma: 90 por cento da receita arrecadada sobre o setor mineral e 60 por cento sobre os demais itens. De acordo as Disposições Transitórias, a União deveria deixar de arrecadar estes impostos a

partir de 1º de janeiro de 1989, passando a competência aos Estados através do ICMS.

Dornelles também pretende alterar a transferência da arrecadação do Imposto de Transmissão dos Estados para os Municípios com vigência prevista para 1º de janeiro de 89. Ele alega que Estados e Municípios teriam apenas três meses, para se adaptarem ao novo sistema, com graves consequências para a arrecadação, se a Carta for promulgada somente em setembro.